

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA SOBRE PROTEÇÃO  
MÚTUA DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da Federação da Rússia  
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo o interesse mútuo em garantir a proteção das informações classificadas trocadas no âmbito da cooperação política, técnico-militar, econômica e outras, de conformidade com as respectivas legislações da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia,

Acordam o que se segue:

**Artigo 1**  
Definições

Para os fins do presente Acordo:

- a) "informação classificada" significa qualquer dado, independentemente de sua forma, protegido em conformidade com as respectivas legislações da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, transmitido ou recebido na forma estabelecida pelo presente Acordo, cujo acesso ou divulgação não autorizados pode causar dano à segurança ou aos interesses da República Federativa do Brasil ou da Federação da Rússia;
- b) "meios de armazenamento de informações classificadas" significam os objetos materiais, inclusive meios físicos nos quais as informações classificadas são expressas na forma de símbolos, imagens, sinais, soluções técnicas e processos;
- c) "marcação de classificação" significa a marcação, colocada no próprio meio de armazenamento ou na documentação que o acompanha, identificadora do grau de sigilo dos dados contidos nesse meio de armazenamento;
- d) "credencial de segurança" significa a autorização para acesso a informações classificadas concedida a indivíduos ou organizações;

- e) "organizações credenciadas" significam os órgãos governamentais ou outras organizações credenciadas pelas Partes para transmitir, receber, guardar, proteger e utilizar as informações classificadas;
- f) "contrato" significa o acordo concluído entre organizações credenciadas, o qual prevê a transmissão de informações classificadas no decorrer da cooperação;
- g) "Parte transmissora" significa a Parte que transmite as informações classificadas à outra Parte;
- h) "Parte receptora" significa a Parte à qual são transmitidas as informações classificadas.

## **Artigo 2** Órgãos Competentes

1. Os órgãos competentes, responsáveis pela implementação do presente Acordo (doravante denominados "órgãos competentes") são os seguintes:

- a) na República Federativa do Brasil, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- b) na Federação da Rússia, o Serviço Federal de Segurança da Federação da Rússia.

2. As Partes deverão notificar de imediato à outra Parte, por via diplomática, sobre quaisquer alterações de seus órgãos competentes.

## **Artigo 3** Equivalência dos Graus de Sigilo

As Partes concordam que os seguintes graus de sigilo são equivalentes da seguinte forma:

Na República Federativa do Brasil  
SECRETO (Secret)  
CONFIDENCIAL (Confidential)

Na Federação da Rússia  
Совершенно секретно (Top Secret)  
Секретно (Secret)

## **Artigo 4** Proteção das Informações Classificadas

As Partes, em conformidade com as respectivas legislações da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, deverão:

- a) assegurar a proteção das informações classificadas;

- b) aplicar, com relação às informações classificadas, as mesmas medidas de proteção previstas relativamente às próprias informações classificadas, de grau de sigilo equivalente, em conformidade com o Artigo 3 do presente Acordo;
- c) utilizar as informações classificadas recebidas da organização credenciada da outra Parte exclusivamente para os fins previstos na sua transmissão;
- d) não permitir a uma terceira parte o acesso às informações classificadas, sem prévia concordância por escrito da Parte transmissora.

2. O acesso às informações classificadas deverá ser permitido apenas às pessoas cujo conhecimento das mencionadas informações seja necessário para o cumprimento das obrigações funcionais e para os fins previstos em sua transmissão, possuidoras de apropriada credencial de segurança.

### **Artigo 5**

#### **Transmissão das Informações Classificadas**

1. Caso uma organização credenciada de uma Parte tencione transmitir informações classificadas a uma organização credenciada da outra Parte, ela deverá solicitar previamente à autoridade competente de sua Parte uma confirmação por escrito de que a organização credenciada da outra Parte possui a correspondente credencial de segurança para acesso a informações classificadas.

2. A autoridade competente da Parte deverá solicitar à autoridade competente da outra Parte uma confirmação por escrito da existência de credencial de segurança apropriada pela organização daquela Parte.

3. Em cada caso específico, a decisão de transmitir informações classificadas deverá ser tomada em conformidade com a respectiva legislação da República Federativa do Brasil ou da Federação da Rússia.

4. Os meios de armazenamento de informações classificadas deverão ser transmitidos por via diplomática ou por outros métodos acordados entre as Partes. A organização credenciada da Parte receptora deverá confirmar o recebimento das informações classificadas.

5. Com a finalidade de transmitir meios de armazenamento de informações classificadas de grande volume, as autoridades competentes deverão acordar sobre o método e a rota de transporte, bem como sobre a forma de escolta.

6. As informações classificadas poderão ser transmitidas por meios técnicos protegidos, mediante entendimento entre as autoridades competentes das Partes.

**Artigo 6**  
Tratamento das Informações Classificadas

1. Ao receber os meios de armazenamento de informações classificadas, a organização credenciada responsável por sua recepção deverá, complementarmente, promover a marcação de classificação correspondente ao grau de sigilo equivalente, conforme definido no Artigo 3 do presente Acordo.
2. A obrigação de marcação de classificação deverá ser aplicada nos meios de armazenamento de informações classificadas obtidas como resultado de tradução, cópia ou reprodução.
3. As informações classificadas geradas com base em informações classificadas recebidas da outra Parte deverão possuir grau de sigilo não inferior ao grau de sigilo das informações classificadas recebidas.
4. As informações classificadas deverão ser submetidas a tratamento em conformidade com as exigências previstas nas respectivas legislações da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia.
5. Os meios de armazenamento de informações classificadas deverão ser devolvidos ou destruídos mediante autorização por escrito da organização credenciada da Parte transmissora.
6. A destruição dos meios de armazenamento de informações classificadas deverá ser documentada, sendo que o processo de destruição deverá excluir qualquer possibilidade de reprodução ou restauração das informações.
7. A organização credenciada da Parte transmissora deverá ser informada, por escrito, sobre a devolução ou a destruição dos meios de armazenamento de informações classificadas.
8. A marcação de classificação dos meios de armazenamento de informações classificadas recebidos somente poderá ser alterada pela organização credenciada da Parte receptora após autorização por escrito da organização credenciada da Parte transmissora.
9. A organização credenciada da Parte transmissora deverá notificar a organização credenciada da Parte receptora, por escrito, sobre quaisquer alterações do grau de sigilo das informações classificadas.

**Artigo 7**  
Contratos

Os contratos firmados entre as organizações credenciadas deverão conter uma seção específica com os seguintes itens:

- a) relação das informações classificadas e seu grau de sigilo;

- b) particularidades sobre proteção e tratamento dos meios de armazenamento de informações classificadas;
- c) procedimentos de resolução de controvérsias sobre o tratamento das informações classificadas, eventualmente surgidas no decorrer da implementação do contrato;
- d) procedimento de reparação de possível dano resultante da divulgação não autorizada das informações classificadas.

## **Artigo 8**

### **Visitas**

1. Visitas de representantes de organização credenciada de uma Parte, com previsão de seu acesso a informações classificadas deverão ser sujeitas a prévia autorização por escrito, concedida pela autoridade competente da outra Parte após consultar a organização a ser visitada. A autorização para tal visita deverá ser concedida apenas às pessoas mencionadas no parágrafo 2 do Artigo 4 do presente Acordo.
2. O requerimento sobre a possibilidade de realização da visita deverá ser submetido pela autoridade competente da Parte visitante à autoridade competente da Parte anfitriã no mínimo trinta (30) dias antes da data da visita pretendida.
3. A autoridade competente da Parte anfitriã deverá notificar à autoridade competente da Parte visitante sobre os resultados do processo de consulta, no mínimo dez (10) dias antes da visita pretendida.
4. O requerimento para a visita pretendida deverá ser formalizado em conformidade com as respectivas legislações da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia e deverá conter os seguintes dados:
  - a) nome completo da pessoa visitante, data e local de nascimento, nacionalidade, número do passaporte, ocupação ou função, local de trabalho e seu grau de credencial de segurança;
  - b) períodos previstos para a visita, razão social e endereço da organização credenciada a ser visitada, bem como nome completo e função da pessoa a ser visitada;
  - c) objetivo e fundamentos da visita, assim como natureza das questões a serem discutidas.
5. Durante a visita, os representantes da organização credenciada da Parte visitante deverão atender às regras relativas ao tratamento das informações classificadas da Parte anfitriã.

### **Artigo 9**

#### **Violação das Exigências Relativas à Proteção das Informações Classificadas**

1. Qualquer violação das exigências relativas à proteção das informações classificadas que tenha resultado ou possa resultar no acesso ou na divulgação não autorizada de informações classificadas, identificada por uma organização credenciada ou pela autoridade competente de uma das Partes, deverá ser imediatamente notificada à autoridade competente da outra Parte.
2. A autoridade competente da Parte que notificou a violação deverá realizar a investigação do incidente e informar à autoridade competente da outra Parte sobre os resultados de tal investigação e sobre as devidas medidas corretivas adotadas.
3. Os procedimentos de reparação do dano ocasionado pela violação das exigências relativas à proteção das informações classificadas deverão ser definidos em cada caso concreto, por acordo entre as organizações credenciadas e, quando necessário, com a participação das autoridades competentes das Partes.

### **Artigo 10**

#### **Despesas**

Cada Parte assumirá as próprias despesas relacionadas à implementação do presente Acordo.

### **Artigo 11**

#### **Consultas**

As autoridades competentes, para os fins de implementação do presente Acordo, realizarão consultas a pedido de uma delas.

### **Artigo 12**

#### **Relação com Outros Acordos**

Os dispositivos relativos à proteção das informações classificadas contidos em outros acordos e entendimentos firmados entre as Partes, bem como entre as autoridades competentes e organizações credenciadas das Partes, continuarão em vigor, desde que não contradigam os dispositivos do presente Acordo.

### **Artigo 13**

#### **Solução de Controvérsias**

1. Quaisquer controvérsias relativas à interpretação e à aplicação dos dispositivos do presente Acordo que possam ocorrer entre as Partes deverão ser resolvidas por meio de negociações e de consultas entre as autoridades competentes e, quando necessário, por via diplomática.

2. Durante a resolução das controvérsias, as Partes continuarão a cumprir todas suas obrigações previstas no presente Acordo.

## Artigo 14

### Emendas

O presente Acordo poderá ser objeto de emendas por consentimento mútuo expresso por escrito entre as Partes.

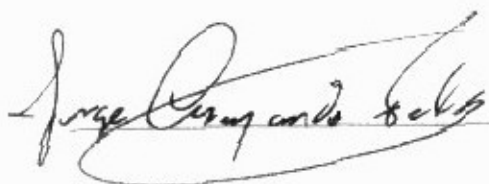
## Artigo 15

### Disposições Finais

1. O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de recebimento, por via diplomática, da última notificação escrita sobre o cumprimento, pelas Partes, dos respectivos procedimentos internos necessários para sua entrada em vigor.
2. O presente Acordo terá vigência por prazo indeterminado.
3. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, por meio do envio à outra Parte, por via diplomática, de notificação escrita sobre sua intenção de denunciá-lo. Nesse caso, a vigência do presente Acordo cessará ao fim de seis (6) meses contados a partir da data de recebimento de tal notificação.
4. No caso de denúncia do presente Acordo, continuarão a ser aplicadas com relação às informações classificadas as medidas para sua proteção previstas no presente Acordo, até que essas informações sejam desclassificadas de acordo com a forma estabelecida.

Feito em *Moscow*, aos *13* de *Agosto* de 2008, em dois exemplares originais, em português, russo e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência na interpretação do presente Acordo, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL



PELO GOVERNO DA FEDERAÇÃO  
DA RÚSSIA



**СОГЛАШЕНИЕ**  
**между Правительством Федеративной Республики Бразилии**  
**и Правительством Российской Федерации**  
**о взаимной защите секретной информации**

Правительство Федеративной Республики Бразилии и Правительство Российской Федерации, в дальнейшем именуемые Сторонами, признавая взаимные интересы в обеспечении защиты секретной информации, обмен которой осуществляется в рамках политического, военно-технического, экономического и иного сотрудничества, в соответствии с законодательством Федеративной Республики Бразилии и Российской Федерации, согласились о нижеследующем:

**Статья 1**  
**Определения**

Понятия, используемые в настоящем Соглашении, означают следующее:

а) «секретная информация» - сведения, выраженные в любой форме, защищаемые в соответствии с законодательством Федеративной Республики Бразилии и Российской Федерации, переданные или полученные в порядке, установленном настоящим Соглашением, несанкционированный доступ или распространение которых может нанести ущерб безопасности или интересам Федеративной Республики Бразилии или Российской Федерации;

б) «носители секретной информации» - материальные объекты, в том числе физические поля, в которых секретная информация находит свое отображение в виде символов, образов, сигналов, технических решений и процессов;

с) «гриф секретности» - реквизит, проставляемый на самом носителе или в сопроводительной документации к нему, свидетельствующий о степени секретности сведений, содержащихся в их носителе;

д) «допуск к секретной информации» - процедура оформления права на доступ к секретной информации физических лиц или организаций;

е) «уполномоченные организации» - органы государственной власти или организации, уполномоченные Сторонами передавать, получать, хранить, защищать и использовать секретную информацию;

ф) «контракт» - соглашение, заключаемое между уполномоченными организациями, предусматривающее передачу секретной информации в ходе сотрудничества;

г) «передающая Сторона» - Сторона, которая передает секретную информацию другой Стороне;

h) «получающая Сторона» - Сторона, которой передается секретная информация.



## Статья 2 Компетентные органы

1. Компетентными органами, ответственными за реализацию настоящего Соглашения (далее - компетентные органы), являются:

в Федеративной Республике Бразилии - Кабинет институциональной безопасности при Президенте Федеративной Республики Бразилии.

в Российской Федерации - Федеральная служба безопасности Российской Федерации;

2. Стороны незамедлительно уведомляют друг друга по дипломатическим каналам об изменении своих компетентных органов.

## Статья 3 Сопоставимость степеней секретности

Стороны соглашаются, что следующие степени секретности сопоставляются следующим образом:

в Федеративной Республике Бразилии

в Российской Федерации

SECRETO  
(Secret)

Совершенно секретно  
(Top Secret)

CONFIDENCIAL  
(Confidential)

Секретно  
(Secret)

## Статья 4 Защита секретной информации

1. Стороны в соответствии с законодательством Федеративной Республики Бразилии и Российской Федерации обязуются:

а) обеспечивать защиту секретной информации;

б) применять в отношении секретной информации такие же меры защиты, которые предусмотрены в отношении собственной секретной информации со степенью секретности, сопоставляемой в соответствии со статьей 3 настоящего Соглашения;

в) пользоваться секретной информацией, полученной от уполномоченной организации другой Стороны, исключительно в предусмотренных при ее передаче целях;

г) не предоставлять третьей стороне доступ к секретной информации без предварительного письменного согласия передавшей ее Стороны.

2. Доступ к секретной информации разрешается только лицам, которым знание этой информации необходимо для выполнения служебных обязанностей в целях, предусмотренных при ее передаче, имеющим соответствующий допуск к секретной информации.

## Статья 5 Передача секретной информации

1. Если уполномоченная организация одной Стороны намерена передать секретную информацию уполномоченной организации другой Стороны, она предварительно запрашивает у компетентного органа своей Стороны письменное подтверждение наличия у уполномоченной организации другой Стороны соответствующего допуска к секретной информации.

2. Компетентный орган одной Стороны запрашивает у компетентного органа другой Стороны письменное подтверждение наличия у организации другой Стороны соответствующего допуска к секретной информации.

3. Решение о передаче секретной информации принимается в каждом отдельном случае в соответствии с законодательством Федеративной Республики Бразилии или Российской Федерации.

4. Передача носителей секретной информации осуществляется по дипломатическим каналам или другими способами, согласованными между Сторонами. Уполномоченная организация получающей Стороны подтверждает получение секретной информации.

5. Для передачи носителей секретной информации значительного объема компетентные органы договариваются о способе и маршруте транспортировки, а также форме сопровождения.

6. Секретная информация может быть передана с использованием защищенных технических средств по согласованию между компетентными органами Сторон.

## Статья 6 Обращение с секретной информацией

1. Уполномоченная организация, ответственная за получение секретной информации, дополнительно проставляет на полученных носителях гриф секретности, соответствующий степени секретности, сопоставляемой в соответствии со статьей 3 настоящего Соглашения.

2. Обязательность проставления грифов секретности распространяется на носители секретной информации, полученной в результате перевода, копирования или тиражирования.

3. Секретная информация, образовавшаяся на основе полученной от другой Стороны секретной информации, должна иметь степень секретности не ниже степени секретности полученной секретной информации.

4. Обращение с секретной информацией осуществляется в соответствии с требованиями, предусмотренными законодательством Федеративной Республики Бразилии и Российской Федерации.

5. Носители секретной информации возвращаются или уничтожаются по письменному разрешению уполномоченной организации передавшей их Стороны.

6. Уничтожение носителей секретной информации документируется, при этом процесс уничтожения должен исключать возможность ее воспроизведения и восстановления.

7. О возвращении или уничтожении носителей секретной информации уведомляется в письменной форме уполномоченная организация передавшей их Стороны.

8. Гриф секретности полученных носителей секретной информации может изменяться уполномоченной организацией получающей Стороны только по письменному разрешению уполномоченной организации передавшей их Стороны.

9. Об изменении степени секретности секретной информации уполномоченная организация передавшей ее Стороны в письменной форме уведомляет уполномоченную организацию получающей Стороны.

## **Статья 7** **Контракты**

В заключаемые уполномоченными организациями контракты включается отдельный раздел, содержащий:

- а) перечень секретной информации и степени ее секретности;
- б) особенности защиты и обращения с носителями секретной информации;
- в) порядок разрешения спорных ситуаций по вопросу обращения с секретной информацией, возникающих в процессе выполнения контракта;
- г) порядок возмещения возможного ущерба от несанкционированного распространения секретной информации.

## **Статья 8** **Визиты**

1. Визиты представителей уполномоченной организации одной Стороны, предусматривающие их доступ к секретной информации, осуществляются по предварительному письменному разрешению, полученному от компетентного органа другой Стороны, после консультации с принимающей организацией. Разрешение на такой визит дается только лицам, указанным в пункте 2 статьи 4 настоящего Соглашения.

2. Запрос о возможности осуществления визита направляется компетентным органом направляющей Стороны компетентному органу принимающей Стороны не позднее чем за 30 дней до предполагаемой даты визита.

3. Компетентный орган принимающей Стороны информирует о результатах согласования компетентный орган направляющей Стороны как минимум за 10 дней до предполагаемой даты визита.

4. Запрос о предполагаемом визите должен оформляться в соответствии с законодательством Федеративной Республики Бразилии и Российской Федерации и включать следующие сведения:

- а) фамилия, имя, отчество, дата и место рождения, гражданство, номер паспорта, род занятий или должность, место работы прибывающего лица и степень его допуска к секретной информации;
- б) предполагаемые сроки визита, наименование и адрес уполномоченной организации, а также фамилия и должность лица, которые планируется посетить;
- в) цель и основание визита, а также характер обсуждаемых вопросов.

5. Во время визита представители уполномоченной организации направляющей Стороны выполняют правила обращения с секретной информацией принимающей Стороны.

#### **Статья 9**

#### **Нарушение требований по защите секретной информации**

1. Компетентный орган одной Стороны незамедлительно извещается об установленном уполномоченной организацией или компетентным органом другой Стороны нарушении требований по защите секретной информации, которое привело или может привести к ее несанкционированному распространению или доступу к ней.

2. Компетентный орган, известивший о нарушении, проводит расследование и информирует компетентный орган другой Стороны о его результатах и принятых мерах.

3. Порядок возмещения ущерба, возникшего в результате нарушения требований по защите секретной информации, определяется в каждом конкретном случае по согласованию между уполномоченными организациями с участием в случае необходимости компетентных органов Сторон.

#### **Статья 10**

#### **Расходы**

Каждая Сторона самостоятельно несет расходы в связи с реализацией настоящего Соглашения.

#### **Статья 11**

#### **Консультации**

Компетентные органы в целях реализации настоящего Соглашения проводят по просьбе одного из них консультации.

#### **Статья 12**

#### **Отношение к другим договоренностям**

Положения, касающиеся защиты секретной информации, содержащиеся в других соглашениях и договоренностях между Сторонами, а также между компетентными органами и уполномоченными организациями Сторон, продолжают применяться, если они не противоречат положениям настоящего Соглашения.

**Статья 13**  
**Разрешение споров**

1. Любые споры между Сторонами относительно толкования или применения положений настоящего Соглашения разрешаются путем переговоров и консультаций между компетентными органами и в случае необходимости по дипломатическим каналам.

2. В период разрешения споров Стороны продолжают выполнять все свои обязательства по настоящему Соглашению.

**Статья 14**  
**Изменения**

В настоящее Соглашение могут быть внесены изменения по взаимной письменной договоренности Сторон.

**Статья 15**  
**Заключительные положения**

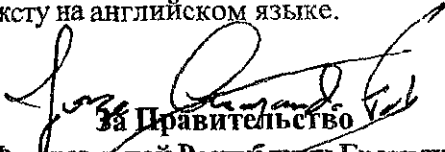
1. Настоящее Соглашение вступает в силу по истечении 30 (тридцати) дней с даты получения по дипломатическим каналам последнего письменного уведомления о выполнении Сторонами внутригосударственных процедур, необходимых для его вступления в силу.

2. Настоящее Соглашение заключается на неопределенный срок.

3. Каждая из Сторон может прекратить действие настоящего Соглашения путем направления по дипломатическим каналам другой Стороне письменного уведомления о своем намерении прекратить его действие. В этом случае действие настоящего Соглашения прекращается по истечении 6 (шести) месяцев с даты получения такого уведомления.

4. В случае прекращения действия настоящего Соглашения в отношении секретной информации продолжают применяться меры по ее защите, предусмотренные настоящим Соглашением, до тех пор пока эта информация не будет рассекречена в установленном порядке.

Совершено в Москве августа 2008 года в двух экземплярах, каждый на португальском, русском и английском языках, причем все тексты имеют одинаковую силу. В случае разногласий в толковании настоящего Соглашения предпочтение отдается тексту на английском языке.

  
За Правительство  
Федеративной Республики Бразилии

За Правительство  
Российской Федерации



**AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC  
OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION ON  
MUTUAL PROTECTION OF CLASSIFIED INFORMATION**

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Russian Federation  
(Hereinafter referred to as "the Parties"),

Recognizing the mutual interest to ensure the protection of classified information exchanged within the framework of political, military-technical, economic and other cooperation, in accordance with the respective legislations of the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation,

Have agreed as follows:

**Article 1**  
Definitions

For the purpose of the present Agreement:

- a) "Classified Information" means any data, regardless of its form, protected in accordance with the respective legislations of the Russian Federation and the Federative Republic of Brazil, transferred or received under the terms set forth in the present Agreement, unauthorized access to or dissemination of which might damage the security or the interests of the Russian Federation or the Federative Republic of Brazil;
- b) "Classified Information Carriers" means material objects, including physical fields, in which classified information is expressed in the form of symbols, images, signals, technical solutions, and processes;
- c) "Classification Mark" means the marking, put on a carrier itself or on its accompanying documentation, showing a level of secrecy of the information contained in its carrier;

- d) "Security Clearance for the Access to Classified Information" means authorization for access to classified information provided to individuals or organizations;
- e) "Authorized Organizations" means governmental bodies or other organizations authorized by the Parties to transfer, receive, store, protect and use classified information;
- f) "Contract" means an agreement concluded between authorized organizations providing for transfer of classified information in the course of cooperation;
- g) "Transferring Party" means the Party that transfers classified information to the other Party;
- h) "Receiving Party" means the Party to which classified information is transferred.

**Article 2**  
Competent Authorities

1. The competent authorities responsible for the implementation of the present Agreement (hereinafter referred to as "the Competent Authorities") are as follows:

- in the Federative Republic of Brazil, the Institutional Security Cabinet of the Presidency of the Federative Republic of Brazil and
- in the Russian Federation, the Federal Security Service of the Russian Federation.

2. The Parties shall immediately notify each other, through diplomatic channels, of any changes in their respective competent authorities.

**Article 3**  
Comparability of Levels of Secrecy

The Parties agree that the following levels of secrecy are comparable:

The Federative Republic of Brazil  
SECRETO (Secret)  
CONFIDENCIAL (Confidential)

The Russian Federation  
Совершенно секретно (Top Secret)  
Секретно (Secret)

**Article 4**  
Protection of Classified Information

1. The Parties, in accordance with the respective legislations of the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation, shall:

- a) ensure the protection of classified information;

- b) apply with regard to classified information the same measures of protection as those applied to their own classified information of comparable level of secrecy, in accordance with Article 3 of the present Agreement;
- c) use the classified information received from an authorized organization of the other Party solely for the purposes for which it was transferred;
- d) not grant access to classified information to a third party without a prior written consent of the Transferring Party.

2. Access to classified information shall be granted only to those individuals, to whom the knowledge of this information is necessary to fulfill their service duties for the purposes of which it was transferred and who have been granted an appropriate security clearance for access to classified information.

### **Article 5**

#### Transfer of Classified Information

1. If an authorized organization of a Party intends to transfer classified information to an authorized organization of the other Party, it shall first request the competent authority of its own Party for a written confirmation of the other Party's organization appropriate security clearance for access to classified information.

2. The competent authority of a Party shall request the competent authority of the other Party for a written confirmation of that Party's organization appropriate security clearance for access to classified information.

3. In every specific case, the decision to transfer classified information shall be made in accordance with the respective legislation of the Federative Republic of Brazil or the Russian Federation.

4. Classified information carriers shall be transferred through diplomatic channels or by other methods agreed upon by the Parties. The authorized organization of the Receiving Party shall confirm the receipt of classified information.

5. In order to transfer classified information carriers of large volume, the competent authorities shall agree upon the method and route of transportation, as well as on the form of escorting.

6. Classified information may be transmitted through protected technical means agreed upon by the competent authorities of the Parties.

### **Article 6**

#### Handling of Classified Information

1. After receiving classified information carriers, the authorized organization responsible for the receipt shall additionally mark them with the classification mark corresponding to the comparable level of secrecy as defined in Article 3 of the present Agreement.



2. A requirement for classification marking shall apply to the carriers of classified information resulting from translation, copying or reproduction.
3. The classified information generated on the basis of the classified information received from the other Party shall have a level of secrecy not inferior to that of the classified information received.
4. Classified information shall be handled in accordance with the requirements provided for in the respective legislations of the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation.
5. Classified information carriers shall be returned or destroyed with the written permission of the authorized organization of the Transferring Party.
6. Destruction of classified information carriers shall be documented and the process of destruction shall exclude any possibility of reproduction or restoration of the information.
7. The authorized organization of the Transferring Party shall be informed in writing about the return or destruction of classified information carriers.
8. The classification mark of the classified information carriers received may only be altered by an authorized organization of the Receiving Party with the written permission of an authorized organization of the Transferring Party.
9. An authorized organization of the Transferring Party shall notify an authorized organization of the Receiving Party in writing of any alterations of a level of secrecy of classified information.

#### **Article 7** Contracts

Contracts concluded by authorized organizations shall include a specific section containing the following items:

- a) a list of classified information and its levels of secrecy;
- b) *details on protection and handling of classified information carriers;*
- c) procedures of settling the disputes related to handling classified information, that may occur in the course of the implementation of a contract;
- d) *procedures of reimbursement of a possible damage resulting from unauthorized dissemination of classified information.*

## Article 8

### Visits

1. Visits of representatives of an authorized organization of one Party envisaging their access to the classified information shall be subject to the previous written authorization, granted by the competent authority of the other Party after consulting the organization to be visited. The authorization for such a visit shall be granted only to the individuals specified in paragraph 2 of Article 4 of the present Agreement.
2. A request concerning the possibility of a visit shall be submitted by the competent authority of the visiting Party to the competent authority of the hosting Party at least 30 days prior to the proposed date of the visit.
3. The competent authority of the hosting Party shall notify the competent authority of the visiting Party upon the results of an approval process at least 10 days prior to the proposed date of a visit.
4. The request for a proposed visit shall be prepared in accordance with the respective legislations of the *Federative Republic of Brazil* and the *Russian Federation* and shall specify the following:
  - a) visitor's last name, first name, patronymic, date and place of birth, citizenship, passport number, occupation or official position, place of employment and level of his/her security clearance for access to classified information;
  - b) proposed periods of the visit, official name and address of an authorized organization to be visited, as well as the last name, first name, patronymic and official position of an individual to be visited;
  - c) purpose of and grounds for the visit, as well as the nature of the subjects to be discussed.
5. During the visit, the representatives of an authorized organization of the visiting Party shall comply with the rules of handling the classified information of the hosting Party.

## Article 9

### Violation of Requirements Concerning Protection of Classified Information

1. Any violation of the requirements concerning the protection of classified information that resulted or might result in unauthorized access to or dissemination of classified information, identified by an authorized organization or the competent authority of one of the Parties shall be immediately reported to the competent authority of the other Party.

2. The competent authority of the Party that reported a violation shall conduct an investigation of the incident and inform the other Party's competent authority on the results of such an investigation and the appropriate corrective measures taken.

3. Procedures of reimbursement of the damage resulting from violation of the requirements concerning the protection of classified information shall be defined in each specific case, as agreed upon between the authorized organizations and, when necessary, with the participation of the competent authorities of the Parties.

#### **Article 10**

##### Costs

Each Party shall bear its own costs related to the implementation of the present Agreement.

#### **Article 11**

##### Consultations

The competent authorities for the purposes of the implementation of the present Agreement shall hold consultations, when so requested by one of them.

#### **Article 12**

##### Relation to Other Agreements

Provisions concerning the protection of classified information set forth in other agreements or arrangements concluded between the Parties, as well as between the competent authorities and authorized organizations of the Parties, shall be applied, provided that they are not contradictory to the provisions of the present Agreement.

#### **Article 13**

##### Disputes Settlement

1. Any disputes regarding the interpretation and application of the provisions of the present Agreement that may occur between the Parties, shall be settled by way of negotiations and consultations between the competent authorities and, when necessary, through diplomatic channels.

2. While settling disputes, the Parties shall continue to fulfill all their obligations under the present Agreement.

#### **Article 14**

##### Amendments

The present Agreement may be amended by mutual written consent of the Parties.

**Article 15**  
Final Provisions

1. The present Agreement shall enter into force 30 (thirty) days after the date of receipt through diplomatic channels of the last written notification of fulfillment by the Parties of the internal procedures required for its entry into force.
2. The present Agreement shall be valid for an indefinite period.
3. Each of the Parties may terminate the present Agreement by sending to the other Party, through diplomatic channels, a written notification of the intention to terminate its effect. In this case, the present Agreement shall be terminated 6 (six) months after the date of the receipt of such a notification.
4. In case of termination of the present Agreement, the measures of protection of classified information provided for under the present Agreement shall remain applicable, unless this information is declassified in accordance with the established procedure.

Done in *Moscow*, on this *13* day of *August* 2008 in two original copies, in Portuguese, Russian and English each, all being equally authentic. In case of any discrepancies in the interpretation of the present Agreement, the English text shall prevail.

FOR THE GOVERNMENT OF THE  
FEDERATIVE REPUBLIC  
OF BRAZIL

FOR THE GOVERNMENT OF THE  
RUSSIAN FEDERATION

